Atuação do STF nos casos em que é vítima e julgador

Diego Benhossi Perandre, Direito, Integrado,
Brasil, diegobenhossi@gmail.com

Gabriel Francisco Cabrera de Sá, Direito, Integrado,
Brasil, gabriel.sa@grupointegrado.br

Resumo: Este trabalho analisa a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) em contextos nos quais figura simultaneamente como vítima e julgador, a partir dos casos do Inquérito 4781 “*Fake News*” e dos ataques de 8 de janeiro de 2023. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método hermenêutico-jurídico, baseada na análise de documentos oficiais, decisões judiciais e literatura especializada sobre Estado Democrático de Direito, separação dos poderes e garantias constitucionais. Examina-se em que medida a atuação do STF, ao centralizar funções investigativas e decisórias nesses episódios, respeita os limites constitucionais ou se aproxima de um Estado de Exceção. O estudo observa que, embora as medidas adotadas pela Corte tenham sido justificadas como defesa da ordem democrática, elas suscitam preocupações quanto à imparcialidade, à legalidade e à preservação do devido processo legal. Os resultados apontam para um tensionamento entre a necessidade de proteger as instituições e o risco de comprometimento da arquitetura constitucional, sobretudo no que se refere à função contramajoritária e aos freios e contrapesos institucionais. Conclui-se que a legitimidade do STF depende não apenas de sua atuação firme em momentos de crise, mas também da observância rigorosa dos princípios constitucionais que sustentam o próprio Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal. Legitimidade. Fake News.

Abstract: This article analyzes the actions of the Brazilian Supreme Federal Court (STF) in contexts where it acts simultaneously as a victim and a judge, based on the cases of Inquiry 4781 ("fake news") and the January 8, 2023 attacks. The research adopts a qualitative approach and a legal-hermeneutic method, relying on official documents, judicial decisions, and scholarly literature on the Democratic Rule of Law, separation of powers, and constitutional guarantees. It investigates whether the STF's conduct, by concentrating investigative and adjudicative functions in these episodes, remains within constitutional boundaries or aligns with a State of Exception. The study notes that although the Court's measures were justified as a defense of democratic institutions, they raise concerns about impartiality, legality, and the preservation of due process. The findings reveal a tension between the need to safeguard institutions and the risk of undermining the constitutional framework, especially regarding counter-majoritarian functions and institutional checks and balances. The article concludes that the STF's legitimacy relies not only on its firm stance during institutional crises but also on the strict observance of constitutional principles that underpin the Democratic Rule of Law itself.

Keywords: Supreme Federal Court. Legitimacy. Fake News.

INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal desempenha um papel fundamental no Estado Democrático de Direito brasileiro, atuando como guardião da Constituição e moderador dos poderes Executivo e Legislativo. Como destaca Mendes (2015, p. 35), "ao Supremo Tribunal Federal compete a guarda da Constituição, o que lhe confere papel central no sistema de freios e contrapesos

¹ Notícia Falsa

do Estado brasileiro". Como instituição maior dentro do Poder Judiciário, o STF possui funções típicas, inerentes à sua atividade jurisdicional, e funções atípicas, relacionadas a aspectos administrativos e normativos.

Dentre as funções típicas, estão aquelas que decorrem diretamente de sua posição como intérprete último da Constituição: o controle de constitucionalidade, o julgamento de autoridades com foro por prerrogativa de função nos crimes comuns, o julgamento de conflitos entre os entes federativos, as decisões sobre pedidos de extradição, a homologação de sentenças estrangeiras e o julgamento de recursos extraordinários que envolvam questões constitucionais (Brasil, 1988). Já as funções atípicas incluem a função administrativa — referente à organização e gestão de sua própria estrutura interna — e a função consultiva, prestando informações a outros Poderes da República, especialmente em matéria constitucional (Silva, 2022).

Destaca-se, entre as atípicas, a função legislativa, exercida por meio da edição de súmulas vinculantes. Segundo Barroso (2019), a súmula vinculante, ainda que não constitua formalmente uma lei, possui eficácia normativa, pois obriga tanto os demais órgãos do Judiciário quanto a administração pública, aproximando, assim, o Supremo Tribunal Federal do papel típico do Poder Legislativo. Tais funções, embora não constituam a essência de sua atuação, demonstram a influência abrangente do STF, inclusive em esferas político-institucionais.

Nesse sentido, é inegável que o STF ocupa o topo do Poder Judiciário, concentrando competências fundamentais dentro da estrutura tripartida do Estado. Contudo, eventos recentes nos quais o Tribunal e seus ministros figuraram como vítimas têm gerado intensos debates acerca dos limites constitucionais de sua atuação, especialmente quanto à imparcialidade, à legalidade dos procedimentos adotados e às consequências para a estabilidade do Estado Democrático de Direito.

O primeiro desses episódios foi o chamado “inquérito das *fake news*” (Inquérito 4781), instaurado em março de 2019 pelo então presidente da Corte, ministro Dias Toffoli. A medida teve como objetivo investigar a disseminação de notícias falsas, ameaças e ataques virtuais contra ministros do STF e seus familiares. A abertura do inquérito, de ofício e sem provocação do Ministério

Público, fundamentou-se no artigo 43² do Regimento Interno do STF, que autoriza a apuração de infrações penais ocorridas nas dependências da Corte. No entanto, segundo Moraes (2021), a interpretação extensiva desse dispositivo, para abarcar crimes virtuais, o que suscitou controvérsias e questionamentos jurídicos relevantes. Além disso, a nomeação direta do relator, sem o processo de distribuição convencional, e a adoção de medidas como bloqueios de redes sociais e prisões preventivas reforçaram as críticas quanto à condução concentrada e excepcional do inquérito (Cunha, 2021).

O segundo episódio relevante foi o ataque de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes contrários ao resultado das eleições presidenciais invadiram e depredaram as sedes dos três poderes, em Brasília. O STF, por meio do ministro Alexandre de Moraes, reagiu com medidas rigorosas, como prisões, bloqueio de contas bancárias de financiadores e o afastamento do então governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Embora parte da doutrina defenda tais ações como necessárias à proteção das instituições democráticas (Neves, 2023), outras vozes apontam para riscos de violação ao devido processo legal, à ampla defesa e à separação dos poderes. Streck (2023) alerta que o Judiciário não pode assumir simultaneamente as posições de parte, vítima e julgador, pois isso comprometeria o princípio da imparcialidade e colocaria em risco a ordem democrática.

Diante disso, este artigo busca analisar criticamente a atuação do STF em contextos nos quais figura como vítima e julgador, tendo os casos citados como referência. O objetivo é verificar se essas atuações se mantêm dentro dos limites constitucionais ou se se aproximam de um modelo de Estado de Exceção, como definido por Agamben (2004), onde a exceção se torna norma. Para tanto, serão abordados os fundamentos do Direito como Estado Democrático de Direito, a tripartição de poderes, papéis da suprema corte e princípios como competência, proporcionalidade e devido processo legal, confrontando esses pilares com as decisões recentes do Supremo Tribunal Federal.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os impactos das decisões do STF sobre o equilíbrio institucional e sobre os precedentes que podem ser gerados para o futuro do sistema jurídico brasileiro.

Por meio de uma análise crítica e fundamentada, pretende-se contribuir com o debate sobre os limites da atuação do Judiciário em contextos de crise institucional.

MÉTODO

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em análise documental e doutrinária. O objetivo é examinar a atuação do Supremo Tribunal Federal nos casos em que figura simultaneamente como vítima e julgador, de maneira específica, serão analisados o caso do inquérito 4781 das “*Fake News*” e o caso dos ataques de 08 de janeiro de 2023.

A pesquisa será realizada por meio da análise da atuação institucional do STF nesses casos. Além disso, serão analisados artigos científicos, livros e pareceres jurídicos que abordam o papel do Tribunal na condução desses processos e os possíveis conflitos com princípios constitucionais, como o devido processo legal, imparcialidade, competência, proporcionalidade e segurança jurídica. A análise será feita a partir do método hermenêutico-jurídico, buscando interpretar os fundamentos utilizados pelo STF para justificar sua atuação e as críticas a essas decisões. Dessa forma, espera-se contribuir para o debate sobre os limites da atuação jurisdicional do Supremo Tribunal Federal quando ele próprio se considera diretamente atingido pelos fatos em julgamento.

1. Estado Democrático de Direito

Como dito, para qualificar a análise dos temas que serão debatidos neste trabalho é importante abordar os pilares do Direito que dão fundamento aos questionamentos levantados. Desse modo, é importante começar pela ideia do Estado Democrático de Direito.

O Estado Democrático de Direito é uma construção histórico-política e jurídica que condensa os mais relevantes avanços civilizatórios em matéria de organização do poder estatal e garantia dos direitos fundamentais. Ele não se resume à mera fusão dos conceitos de Estado de Direito e Estado democrático, mas representa uma superação dialética de ambos, incorporando elementos

transformadores que desafiam o status quo e impulsionam o aperfeiçoamento contínuo das instituições (Da Silva, 1988).

Historicamente, o Estado de Direito emergiu como reação aos arbítrios do absolutismo, estabelecendo a legalidade como princípio norteador da ação estatal. Nessa concepção clássica, o Estado submete-se ao império da lei, e os direitos fundamentais são garantidos contra o poder arbitrário. Contudo, como salienta José Afonso da Silva (1988), a evolução histórica e a superação do liberalismo revelaram as insuficiências desse modelo, ensejando o surgimento do Estado social de Direito, que busca atender também aos direitos sociais, mas nem sempre de forma democrática.

A Constituição Federal de 1988, no Brasil, consagra desde seu art. 1º:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

Assim, estabelece a noção de Estado Democrático de Direito como fundamento do regime republicano, o que sinaliza não apenas uma opção formal, mas um compromisso substancial com valores como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, os direitos fundamentais e a participação popular. O conceito, como reforça Enio Moraes da Silva (1989), abrange uma multiplicidade de princípios estruturantes que envolvem a soberania popular, a existência de uma constituição legítima e rígida, o respeito à legalidade e à segurança jurídica, bem como a promoção da justiça social e da igualdade material.

Para além do aspecto formal, o Estado Democrático de Direito exige o funcionamento efetivo de instituições democráticas, como eleições periódicas, livres e baseadas no sufrágio universal. Mas isso não basta, é preciso assegurar uma participação popular efetiva, que vá além da escolha de representantes e alcance os processos decisórios mais relevantes, por meio de mecanismos de democracia participativa (Moraes, 2000). Nesse ponto, a célebre definição de Abraham Lincoln em seu discurso de Gettysburg (1863) – “governo do povo, pelo povo e para o povo” – continua sendo uma síntese fiel da ideia democrática. Como observa novamente José Afonso da Silva (1988, p. 66), a soberania

popular “impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública”, o que inclui, também, o controle social sobre o poder.

Outro elemento essencial é a constitucionalização dos direitos fundamentais e o papel de um órgão de controle da constitucionalidade, como o Supremo Tribunal Federal no Brasil, que assegure não apenas a rigidez da Constituição, mas sua efetividade. Como destaca Canotilho (2003), o Estado Constitucional contemporâneo pressupõe a justiciabilidade dos direitos, ou seja, a possibilidade de o cidadão recorrer ao Judiciário para ver seus direitos garantidos, o que exige um Poder Judiciário independente, imparcial e acessível. O Estado Democrático de Direito, portanto, combina em sua estrutura aspectos normativos, institucionais e valorativos. É normativo porque se funda na supremacia da Constituição e na legalidade; é institucional, porque depende de instituições estáveis e democráticas; e é valorativo, porque incorpora princípios como justiça, igualdade, solidariedade e dignidade humana. Conforme Norberto Bobbio (2000), a democracia não se resume a um conjunto de procedimentos, mas representa um projeto ético-político baseado na igualdade de direitos e oportunidades.

Além disso, Luigi Ferrajoli (2006) argumenta que um Estado que não assegure condições mínimas de vida digna e acesso igualitário a bens essenciais não pode ser considerado plenamente democrático, ainda que formalmente observe os procedimentos eleitorais. Desse modo a realização do Estado Democrático de Direito perpassa não só a esfera política, mas também a social, econômica e cultural, devendo promover políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à inclusão social.

Outro desafio relevante diz respeito à segurança jurídica, entendida como previsibilidade das normas e estabilidade das instituições. Um Estado Democrático de Direito só se realiza plenamente quando oferece ao cidadão a confiança de que as regras do jogo político e jurídico não serão alteradas arbitrariamente. Como bem aponta Enio Moraes da Silva (1989), a contenção dos excessos normativos e a coerência do sistema jurídico são condições para a confiança social nas instituições.

Por fim, a compreensão do Estado Democrático de Direito exige o reconhecimento de sua complexidade e dinamicidade. Como lembra José Afonso da Silva (2022), os elementos que compõem o conceito são

historicamente determinados e sujeitos a variações conforme o tempo e o espaço. Por isso, qualquer tentativa de definição estática estaria fadada à obsolescência. Em vez disso, recomenda-se a constante retomada dos valores e princípios que o informam, de modo a permitir sua reinterpretação à luz das exigências contemporâneas da sociedade.

Em suma, o Estado Democrático de Direito representa uma síntese avançada da experiência política e jurídica ocidental. Ele conjuga legalidade, participação, justiça social e garantia de direitos fundamentais, configurando-se como o paradigma normativo mais adequado às sociedades plurais e complexas da atualidade. Sua realização, no entanto, exige vigilância permanente, educação cívica e comprometimento institucional com os valores que o fundamentam.

2. Tripartição dos poderes

Ainda na intenção de visitar conceitos basilares do Direito que servirão como ponto de partida para a análise da problemática desse trabalho, é importante conceituar o princípio da tripartição dos poderes do estado.

A teoria da separação dos poderes, também conhecida como tripartição dos poderes, é um dos pilares fundamentais do Estado de Direito moderno. Ela visa evitar a concentração de poder em uma única entidade, promovendo um sistema de freios e contrapesos que assegura a liberdade e os direitos dos cidadãos. A ideia de dividir o poder estatal em diferentes funções remonta à Antiguidade. Aristóteles, em sua obra *Política* (2003), já identificava três funções essenciais do governo: a deliberativa (relativa às decisões políticas), a executiva (relacionada à administração) e a judiciária (voltada à resolução de conflitos e aplicação das leis). No entanto, foi no século XVIII que a teoria da separação dos poderes ganhou contornos mais precisos, especialmente com os filósofos do Iluminismo, que buscaram limitar o poder do Estado e garantir as liberdades individuais diante dos abusos do absolutismo.

John Locke, no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, publicado em 1690, propôs uma divisão do poder centrada em duas esferas principais: o poder legislativo, responsável por elaborar as leis, e o poder executivo, incumbido de aplicá-las. Embora mencionasse o poder federativo (voltado às relações

exteriores) e o judiciário, este último era concebido como parte da função executiva. Locke tinha como preocupação central a proteção dos direitos naturais — vida, liberdade e propriedade — e defendia que o poder político só seria legítimo se derivado do consentimento dos governados (Locke, 1998).

Montesquieu, por sua vez, desenvolveu a teoria da separação dos poderes de forma mais sistemática em sua obra *O Espírito das Leis*, publicada originalmente em 1748. Nela, estabeleceu a clássica tripartição das funções estatais: legislativa, executiva e judiciária. Para o autor, a concentração de poder em uma única pessoa ou órgão representava um risco à liberdade e tudo estaria perdido se um mesmo homem, nobre ou do povo, exercesse esses três poderes do Estado (Montesquieu, 2000). Assim, a liberdade política, segundo ele, só seria efetivamente garantida se houvesse uma divisão equilibrada e independente entre esses poderes.

A teoria da separação dos poderes influenciou profundamente as revoluções americana e francesa, sendo incorporada nas constituições que delas resultaram. Nos Estados Unidos, a Constituição de 1787 estabeleceu um sistema de freios e contrapesos "*checks and balances*"³ para assegurar o equilíbrio entre os poderes.

Na França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 proclamou que "A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição" (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789)

No Brasil, a teoria da separação dos poderes foi incorporada desde a Constituição Imperial de 1824, que estabeleceu quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador. Este último, exercido pelo imperador, tinha a função de manter o equilíbrio entre os demais poderes, mas na prática concentrava grande poder nas mãos do monarca, contrariando os princípios da separação dos poderes (Lenza, 2016).

Com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, o Poder Moderador foi abolido, e a separação dos poderes passou a seguir o modelo tripartite clássico. Desde então, todas as constituições brasileiras mantiveram

³ Freios e Contrapesos

essa estrutura, com variações quanto à autonomia e às competências de cada poder.

A Constituição Federal de 1988, vigente atualmente, reafirma a separação dos poderes em seu artigo 2º: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Essa independência é garantida por mecanismos institucionais que permitem a cada poder exercer suas funções típicas e, em certos casos, funções atípicas, como forma de controle mútuo (Couceiro, 2011).

Cada poder possui funções típicas: o Legislativo é responsável por elaborar leis; o Executivo, por administrar e executar as políticas públicas; e o Judiciário, por julgar conflitos e garantir a aplicação das leis. No entanto, há situações em que um poder exerce funções atípicas, como forma de controle e equilíbrio. Por exemplo, o Legislativo pode exercer funções judiciais ao julgar o presidente da República em casos de crimes de responsabilidade; o Executivo pode legislar por meio de medidas provisórias; e o Judiciário pode interferir em políticas públicas ao julgar ações diretas de inconstitucionalidade (Filho, 2009).

Apesar da estrutura formal de separação dos poderes, o Brasil enfrenta desafios na efetivação desse princípio. A atuação do Judiciário em temas políticos e sociais tem sido objeto de críticas e discussões sobre ativismo judicial e possíveis interferências nas competências dos outros poderes. Esses debates refletem a complexidade da aplicação da teoria da separação dos poderes em contextos democráticos contemporâneos. O que justamente se conecta com a temática desse trabalho que visa analisar a atuação do Supremo Tribunal Federal no enfrentamento à disseminação de *fake news* e no julgamento de atos atentatórios à ordem democrática, especialmente em resposta a episódios como os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

A teoria da tripartição dos poderes continua sendo fundamental para a organização do Estado e a garantia das liberdades individuais. Sua aplicação no Brasil tem evoluído ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças políticas e sociais. No entanto, é essencial manter o equilíbrio e a harmonia entre os poderes, respeitando suas competências e assegurando mecanismos de controle mútuo, para preservar o Estado Democrático de Direito.

3. Suprema Corte

Afunilando o conteúdo periférico à problemática desse trabalho, é importante tratar sobre a instituição Suprema Corte, incorporada no Brasil, pelo STF.

Ao longo da consolidação do Estado Democrático de Direito, as supremas cortes têm desempenhado papel fundamental na estabilização das instituições políticas, jurídicas e sociais. O modelo brasileiro, personificado pelo Supremo Tribunal Federal, conjuga características típicas de uma corte constitucional com as de um tribunal de última instância. Tal acumulação de competências, incomum em experiências internacionais, revela tanto a centralidade quanto a complexidade do STF no sistema jurídico nacional.

Historicamente, as supremas cortes surgiram como instâncias destinadas à defesa da Constituição e dos direitos fundamentais. Nos Estados Unidos, a Suprema Corte, criada pela Constituição de 1787, rapidamente se afirmou como intérprete final da ordem constitucional, especialmente após o célebre caso *Marbury v. Madison*⁴ (1803), que instituiu o controle judicial de constitucionalidade. No Brasil, embora o STF tenha sido instituído pela Constituição de 1891 como herdeiro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, sua configuração como corte constitucional multifuncional se consolidou a partir da Constituição de 1988, que lhe atribuiu um amplo espectro de competências, tanto no controle abstrato e concentrado de normas quanto no julgamento de casos concretos em última instância.

A Constituição de 1988 confere ao STF a função de guarda da Constituição, formada por onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, sendo nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. Essa atribuição envolve, principalmente, o julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental. Além disso, o STF julga, originariamente, autoridades

⁴ O caso *Marbury v. Madison* (1803) é considerado um marco na história constitucional dos Estados Unidos, pois estabeleceu o princípio do controle judicial de constitucionalidade (*judicial review*). Nesse julgamento, a Suprema Corte, sob a presidência de John Marshall, afirmou seu poder de invalidar leis contrárias à Constituição, mesmo tendo negado o pedido do autor William Marbury para obter sua nomeação judicial, que havia sido sustada por James Madison, então Secretário de Estado.

como o presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, além de ministros de Estado, nos casos de crimes comuns. Atua ainda na resolução de conflitos entre os entes federativos e na homologação de sentenças estrangeiras. Essa multiplicidade de funções contribui para tornar o STF um ator político relevante, cuja atuação se estende além do campo estritamente jurídico.

Uma das peculiaridades do modelo brasileiro é a coexistência de atribuições típicas de uma corte constitucional com funções que, em outros países, seriam exercidas por tribunais inferiores ou especializados. Isso torna o STF uma instituição sobrecarregada, responsável tanto por decisões estruturais quanto por casos individuais. Mendes, Branco e Coelho (2010) afirmam que o Supremo Tribunal Federal exerce simultaneamente as funções de tribunal constitucional, corte de cassação e instância recursal extraordinária, o que acaba comprometendo sua capacidade de atuação estratégica e sistemática. Esse acúmulo contribui para o elevado número de processos e para a dificuldade em uniformizar a jurisprudência.

Com o objetivo de enfrentar esse problema e conferir maior estabilidade às decisões judiciais, a Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, introduziu no ordenamento jurídico brasileiro a figura da súmula vinculante. Trata-se de um enunciado aprovado pelo STF que, com base em reiteradas decisões sobre determinada matéria constitucional, passa a ter efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública. A intenção era garantir isonomia, segurança jurídica e celeridade processual. O art. 103-A da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela referida emenda, estabelece que a súmula terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Embora louvável do ponto de vista da racionalização judicial, a súmula vinculante também suscitou críticas, sobretudo quanto à sua rigidez e ao risco de engessamento do sistema jurídico. Para Souza (2015):

“as súmulas vinculantes, se não utilizadas com parcimônia, podem transformar o STF em um legislador positivo, contrariando o princípio democrático de elaboração das normas jurídicas”.

Assim, embora contribua para a uniformização da jurisprudência, seu uso indiscriminado pode comprometer a autonomia dos juízes e restringir a criatividade hermenêutica dos tribunais inferiores.

Outro fenômeno que marca a atuação recente do STF é o chamado ativismo judicial, entendido como a disposição do Judiciário, e especialmente da Suprema Corte, de interferir em temas políticos e sociais com elevado grau de discricionariedade. Trata-se de uma postura que vai além da interpretação da norma, assumindo papel propositivo na construção de políticas públicas e na definição de padrões normativos. Em contextos de omissão legislativa ou de inércia dos demais poderes, o STF tem, com frequência, ocupado espaços institucionais deixados vagos.

Um exemplo notório dessa atuação foi o reconhecimento da união estável homoafetiva como entidade familiar, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132. Na ocasião, o STF decidiu, por unanimidade, que as relações entre pessoas do mesmo sexo são protegidas pela Constituição Federal, mesmo sem legislação específica. Barroso (2012) destacou que o Supremo Tribunal Federal desempenhou um papel transformador ao reconhecer e efetivar direitos fundamentais em casos que o legislador permaneceu inerte. Decisões como essa reforçam o papel contramajoritário da Corte e sua capacidade de promover a justiça social por meio da jurisprudência.

Contudo, o ativismo judicial também desperta resistências e levanta questionamentos sobre os limites da atuação judicial em uma democracia. Há quem veja no protagonismo do STF um desequilíbrio institucional que compromete a separação dos poderes e ameaça a legitimidade democrática. De acordo com Vasconcelos (2003), quando o Judiciário substitui o papel do legislador, há uma ruptura no pacto democrático, com o risco de instaurar uma

tecnocracia judicial, já que as decisões podem acabar refletindo mais as convicções pessoais dos ministros do que a vontade soberana do povo.

Recentemente, esse debate ganhou novos contornos com os casos abordados por esse artigo, o Inquérito 4781 (inquérito das *fake news*) e os desdobramentos do ataque de 8 de janeiro de 2023. Em ambos os casos, o STF assumiu papel de vítima, investigador e julgador, o que gerou duras críticas de setores da doutrina e da sociedade civil. Como observou o jurista Lenio Luiz Streck (2023), sempre que houver alguém configurando como vítima e juiz, o devido processo legal e o princípio da imparcialidade já terão sido desrespeitados. A concentração de poderes, nesses episódios, despertou atenção quanto à possibilidade de um “Estado de Exceção judicial”, em que as garantias fundamentais seriam relativizadas em nome da defesa da democracia.

Por outro lado, há quem defenda a atuação firme do STF nesses contextos. Para Neves (2023), as decisões da Corte foram necessárias para a preservação das instituições e da ordem constitucional. Nesse sentido, o STF teria agido como verdadeiro “guardião da democracia”, impedindo que discursos antidemocráticos e ações violentas ameaçassem os pilares do regime democrático.

Entre o ativismo e a omissão, entre o garantismo e o punitivismo, o Supremo Tribunal Federal segue como protagonista da cena jurídica e política brasileira. Sua atuação suscita admiração e crítica, segurança e desconfiança, progresso e inquietação. O desafio é encontrar o ponto de equilíbrio que permita à Corte cumprir sua função constitucional sem invadir a esfera de atuação dos demais poderes. Como conclui Mendes (2010, p. 62), “o Supremo não pode tudo, mas pode muito; e justamente por isso, precisa mais do que nunca de contenção, transparência e responsabilidade”.

Assim, compreender o papel da Suprema Corte no Brasil exige mais do que uma análise técnica de suas competências. Exige refletir sobre a arquitetura institucional do Estado, sobre o funcionamento da democracia e sobre os valores que devem orientar o exercício do poder. O STF, como instância máxima do Judiciário, carrega a responsabilidade de proteger a Constituição e os direitos fundamentais, mas também o dever de respeitar os limites impostos pelo próprio texto constitucional. Só assim será possível consolidar um Judiciário forte, independente e legítimo, à altura dos desafios democráticos contemporâneos.

4. O Inquérito das Fake News (Inquérito 4781)

Revisitados os princípios do Direito que dão o pano de fundo teórico para a análise da problemática deste artigo, há que se observar então os casos que este trabalho se propôs a analisar, começando pelo Inquérito das *Fake News*.

Instaurado em março de 2019, o Inquérito 4781 tem como objetivo investigar a divulgação de notícias fraudulentas, ameaças e ofensas direcionadas aos ministros do Supremo Tribunal Federal e a seus familiares, em um contexto de crescente hostilidade contra a Corte, sobretudo nas redes sociais e outras plataformas digitais. A motivação para a instauração do inquérito está diretamente relacionada ao aumento da disseminação de conteúdo ofensivo e à articulação de ataques coordenados contra a legitimidade das instituições democráticas. Reportagens de veículos como *Folha de S. Paulo* (2019) e *O Estado de S. Paulo* (2019) denunciaram campanhas virtuais que promoviam discursos de ódio e desinformação voltados ao STF e seus membros, o que deu origem à reação institucional.

A decisão de instaurar o inquérito, no entanto, revelou-se incomum e gerou intensos debates jurídicos. O procedimento foi aberto de ofício pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, por meio da Portaria GP nº 69 de 14 de março de 2019, que designou diretamente o ministro Alexandre de Moraes como relator, sem observância do critério de distribuição regular previsto nas normas internas da Corte. A fundamentação utilizada foi o artigo 43 do Regimento Interno do STF, que autoriza a instauração de inquéritos pelo presidente do Tribunal nos casos de infrações ocorridas "nas dependências da Corte". Ocorre que, para justificar a apuração de condutas praticadas no ambiente digital, foi feita uma interpretação extensiva do referido dispositivo, o que causou ampla controvérsia.

Segundo Mendes (2020, p. 115), "trata-se de uma atuação *sui generis* do STF, que se afasta das garantias típicas do processo penal acusatório". A crítica central reside no fato de que o Tribunal acumulou as funções de vítima, investigador e julgador, violando, conforme apontam diversos juristas, princípios constitucionais como o do juiz natural, da imparcialidade e do devido processo legal. Nesse sentido, Sarmiento (2020, p. 53) destaca que "o STF assumiu os

papéis de vítima, investigador e julgador, em um modelo processual que concentra poder em excesso e fragiliza o sistema acusatório”.

Tamanha foi a repercussão negativa, que o partido Rede Sustentabilidade (REDE) propôs Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 572), contra a portaria GP nº 69, de 14 de março de 2019 que determinou a instauração do Inquérito nº 4781 no Supremo Tribunal Federal, alegando a incompetência do STF para a condução do inquérito, por considerar que faltavam os requisitos subjetivos e objetivos aptos a justificarem a atuação da Corte e a ocorrência de violação à separação de poderes e à competência iniciadora em matéria penal do Ministério Público.

A Procuradoria-Geral da República, por sua vez, também se manifestou de forma crítica, questionando a legalidade da investigação, chegando a pedir, em manifestação durante o julgamento da ADPF 572, a declaração de inconstitucionalidade da portaria GP nº 69:

“[...] Os fins não justificam os meios. Há parâmetros ético-jurídicos que não podem e não devem ser transpostos pelos órgãos, pelos agentes ou pelas instituições do Estado. Os órgãos do Poder Público, quando investigam, processam ou julgam, não estão exonerados do dever de respeitar os estritos limites da lei e da Constituição, por mais graves que sejam os fatos cuja prática tenha motivado a instauração do procedimento estatal. [...] Pelo exposto, a PGR manifesta-se no sentido do deferimento da medida cautelar requerida pelo autor, e, ao final, pela procedência desta ADPF”.

Apesar das críticas, o inquérito foi validado pelo Supremo no julgamento da ADPF 572, em junho de 2020. Por maioria de votos, o plenário considerou legítima a instauração do procedimento, entendendo que as ameaças dirigidas à Corte configuravam situação excepcional que justificava uma resposta institucional igualmente extraordinária. Conforme o voto vencedor, a atuação do STF se deu em nome da proteção das instituições democráticas, ameaçadas por um discurso sistemático de deslegitimação e violência, sobretudo em meio digital.

5. Ataques de 8 de janeiro de 2023

O segundo caso emblemático envolvendo a atuação do Supremo Tribunal Federal ocorreu após os ataques de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

O contexto está ligado ao ambiente político no Brasil durante as eleições presidenciais de 2022, cuja polarização, protagonizada pela disputa entre Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi considerada a maior desde a redemocratização (Poder 360, 2022). O foi pleito marcado por tensões, campanhas de desinformação e a constante contestação da legitimidade do sistema eleitoral por parte de setores bolsonaristas, inclusive pelo então presidente Jair Bolsonaro (CNN, 2023), que chegou a fazer uma reunião com embaixadores de vários países para demonstrar as alegadas falhas no sistema eleitoral brasileiro (CNN, 2022).

Em 30/11/2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente no segundo turno, com mais de 59 milhões de votos, totalizando 50,83% dos válidos (TSE, 2022). Após a vitória de Lula, manifestantes inconformados com o resultado passaram a organizar acampamentos em frente a quartéis do Exército em diversas cidades, pedindo intervenção militar, anulação das eleições e rejeição do novo governo. Esses atos foram tolerados por autoridades locais por semanas e, em muitos casos, contaram com apoio logístico e financeiro de empresários e simpatizantes do ex-presidente. O acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília tornou-se o principal ponto de aglomeração desses grupos (G1, 2022).

No dia 8 de janeiro, uma semana após a posse de Lula, milhares de manifestantes, oriundos majoritariamente desses acampamentos, marcharam em direção à Praça dos Três Poderes e invadiram os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. As sedes foram depredadas, objetos históricos e obras de arte destruídas, documentos violados e instalações vandalizadas. A ação, que buscava simbolicamente a negação da autoridade dos três poderes constituídos, foi amplamente compreendida como uma tentativa frustrada de golpe de Estado (G1, 2023).

A omissão de setores das forças de segurança do Distrito Federal, que não contiveram a invasão apesar de alertas prévios de inteligência, agravou a situação e levou à intervenção federal na segurança pública do DF, determinada ainda no mesmo dia pelo presidente da República (G1, 2023).

As investigações subsequentes revelaram a existência de redes de financiamento, articulação e apoio logístico aos atos, muitos deles conectados aos mesmos grupos investigados no Inquérito das *Fake News* e em outras apurações sobre ataques à democracia. Diante da magnitude dos atos, o Supremo assumiu um papel central na apuração e punição dos responsáveis, reforçando sua postura institucional ativa frente a ataques às instituições democráticas. O ministro Alexandre de Moraes, que já era relator do Inquérito das *Fake News* e de investigações correlatas sobre milícias digitais, foi mantido na relatoria por conexão temática e processual, mesmo após pedido de impedimento sob alegação de que o ministro era vítima, portanto, parte do processo (CNN, 2024).

A Corte adotou medidas rigorosas logo após os eventos, como a decretação de prisões preventivas em massa, o bloqueio de bens dos investigados, a suspensão de perfis em redes sociais e a realização de diligências em todo o país para coleta de provas. Em setembro de 2023, foram proferidas as primeiras condenações. Em casos emblemáticos, réus receberam penas superiores a 15 anos de reclusão por crimes como abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do Código Penal⁵) e tentativa de golpe de Estado (art. 359-M do Código Penal⁶). Um exemplo é o processo do réu Aécio Lúcio Costa Pereira (AP 1060), condenado a 17 anos de prisão em regime fechado.

Apesar do apoio institucional e popular a uma resposta firme aos atos golpistas, juristas passaram a questionar aspectos da atuação do STF nesses julgamentos. Para Lima (2023, p. 211), “há uma delicada tensão entre o necessário combate a atos golpistas e a preservação das garantias penais e processuais dos acusados”. O fato de os próprios ministros do STF serem vítimas diretas dos ataques e, simultaneamente, conduzirem os julgamentos, levantou críticas quanto à imparcialidade do juízo, em possível afronta ao princípio do juiz natural, já que os réus em sua maioria sequer possuem não possuem foro por prerrogativa de função o que questiona a competência do STF nos julgamentos.

Nesse sentido, Greco (2024, p. 94) observa que:

“Embora o contexto extraordinário justificasse uma resposta enérgica do Judiciário, a atuação concentrada e monolítica do STF acentuou uma percepção de ativismo judicial que desafia os limites constitucionais da jurisdição”.

Além das críticas quanto à imparcialidade, parte da doutrina passou a discutir a proporcionalidade das penas aplicadas, sugerindo que a severidade das condenações pode ter ultrapassado a resposta razoável e proporcional exigida pelo princípio da individualização da pena e pela função ressocializadora da sanção penal.

De qualquer modo, os julgamentos desses casos no STF seguem desafiando não apenas a Corte, mas todo o sistema jurídico, e como ainda não terminaram, seguem causando preocupações, levantando críticas e dúvidas sobre os desdobramentos que ganharão frente ao cenário político brasileiro que segue instável.

6. Semelhanças entre o Inquérito 4781 e o julgamento dos ataques de 8 de janeiro de 2023

Para além da análise minuciosa e pontual de cada um dos casos apresentados, o que se pretende neste artigo é identificar padrões comuns nas atuações do Supremo Tribunal Federal nos episódios do Inquérito das Fake News e dos ataques de 8 de janeiro de 2023, evidenciando possíveis ofensas a princípios fundamentais do Direito. Ambos os eventos revelam uma lógica de atuação concentrada, marcada por uma forte reação institucional diante de ameaças à ordem democrática. Em contextos distintos, mas com estruturas jurídicas semelhantes, o STF adotou uma postura que combina elementos de autoproteção e expansão funcional, colocando-se simultaneamente como vítima, órgão de investigação e instância julgadora.

Em ambos os casos, o protagonismo do ministro Alexandre de Moraes é elemento central. Sua atuação como relator, justificada pela conexão temática entre os inquéritos, reforça uma continuidade na lógica de concentração de poder decisório e fragiliza a separação das funções essenciais à persecução penal. Tanto no Inquérito 4781 quanto nos procedimentos instaurados após os ataques de janeiro de 2023, a Corte adotou interpretações extensivas de

dispositivos normativos, como o artigo 43 do Regimento Interno do STF, invocado para justificar a instauração de inquérito de ofício, e a ampliação do escopo das investigações penais envolvendo centenas de acusados, sempre sob a justificativa de que tais medidas seriam excepcionais e necessárias à proteção das instituições democráticas.

Um dos paralelos mais preocupantes entre os dois episódios é a sobreposição de papéis: o STF figura como vítima direta dos fatos, supervisiona a investigação por meio de relatoria ativa e, ao final, julga os réus sem qualquer distância institucional dos eventos apurados. Essa acumulação de funções viola frontalmente o princípio do juiz natural e compromete a imparcialidade do julgador, conforme previsto no artigo 5º, inciso XXXVII, da Constituição Federal⁷, e no artigo 8º, item 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos:

Como bem pontua Streck, “um juiz que tenha interesse direto no resultado do processo não pode ser considerado imparcial, ainda que sustente estar apenas protegendo a democracia” (2023, p. 177).

Outro ponto crítico em ambos os casos é a inexistência de instância revisora efetiva. Como o STF atua como juízo de origem e de encerramento das controvérsias, não há para onde recorrer, o que gera um déficit relevante de duplo grau de jurisdição, direito assegurado inclusive em tratados internacionais. Isso se agrava pela ausência de contraditório na fase investigatória e pelo uso de decisões monocráticas com amplos efeitos, muitas vezes com impacto imediato sobre direitos fundamentais.

Ademais, tanto no Inquérito das *Fake News* quanto nos desdobramentos dos atos de 8 de janeiro, observou-se uma forte dependência do Supremo em relação a estruturas da Polícia Federal e a um Ministério Público cuja autonomia foi, por vezes, relativizada pela própria Corte. Houve decisões tomadas sem requerimento do parquet, inclusive com medidas cautelares decretadas de ofício, em tensionamento com o sistema acusatório vigente. Esse cenário reforça a percepção de que o STF, em momentos de crise, tende a operar em uma lógica de jurisdição de exceção, na qual regras procedimentais são flexibilizadas em nome da estabilidade institucional. Como observa Greco:

“A atuação do STF nesses contextos excepcionais contribui para a construção de uma jurisdição de crise, que, embora eficaz no enfrentamento de atentados à democracia, desafia os limites constitucionais tradicionais do processo penal” (2024, p. 94).

É nesse mesmo sentido que Barroso adverte que:

“Em tempos de ameaças institucionais, o Judiciário tende a ocupar espaços deixados por outros poderes, mas essa expansão precisa ser controlada sob pena de comprometer a própria legitimidade da Corte” (2021, p. 138).

O risco, portanto, é que a função de proteção da democracia seja exercida de modo a corroer os próprios pilares do Estado Democrático de Direito, como o devido processo legal, o contraditório, a imparcialidade do juiz e a separação entre as funções de acusar, julgar e investigar.

Em síntese, a análise conjunta dos dois casos evidencia um padrão recorrente de atuação do STF em momentos de crise institucional, caracterizado pela centralização de poderes, relativização de garantias processuais e pela criação de uma jurisdição emergencial sob a justificativa de defesa da democracia. O desafio posto, contudo, é evitar que tais práticas se normalizem ou se perpetuem fora do contexto excepcional que as originou. Preservar a legitimidade das instituições não pode significar suprimir, ainda que parcialmente, os fundamentos do próprio Estado de Direito.

6. Considerações finais

Diante da análise empreendida, conclui-se que a atuação do Supremo Tribunal Federal nos casos do Inquérito das Fake News e dos ataques de 8 de janeiro de 2023 revela um padrão preocupante de centralização de poderes e relativização de garantias fundamentais. Em ambas as situações, o STF assumiu, simultaneamente, os papéis de vítima, investigador e julgador, o que contraria frontalmente os princípios do juiz natural, da imparcialidade e do devido processo legal, consagrados na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, artigo 8º).

A Corte justificou tais medidas com base na excepcionalidade dos contextos, alegando a necessidade de preservar a ordem democrática diante de

ameaças reais e coordenadas. Essa lógica, no entanto, aproxima-se perigosamente de uma racionalidade de exceção. O Estado de Direito se caracteriza precisamente pela submissão de todos os poderes, inclusive o Judiciário, à legalidade e à observância rigorosa das garantias fundamentais. Ao relativizar tais garantias, ainda que diante de ataques ao regime democrático, o STF corre o risco de enfraquecer a própria ordem constitucional que busca proteger.

O paralelo com o modelo de justiça emergencial do Tribunal de Nuremberg, criticado por Hannah Arendt (2006), é pertinente: a excepcionalidade, nesse contexto, foi utilizada para legitimar práticas incompatíveis com a imparcialidade judicial, como a criação de normas *ex post facto* e a concentração de poder nas mãos dos vencedores. A lição da autora permanece atual ao advertir que a justiça não pode ser instrumentalizada por imperativos morais ou políticos, sob pena de se converter em vingança disfarçada de legalidade.

A crítica ao “estado de exceção” é, portanto, especialmente relevante. Quando normalizada pelas instituições, a exceção tende a se tornar permanente, gerando uma zona de indistinção entre o direito e a força. Quando o STF atua sem a intermediação do Ministério Público, sem possibilidade real de recurso e à margem do modelo acusatório, institucionaliza-se uma jurisdição que opera fora dos marcos das garantias processuais, instaurando um precedente perigoso. Soma-se a isso a ausência de instância revisora, uma vez que o Supremo Tribunal Federal atua, nesses casos, como tribunal de primeira e última instância, o que fere o princípio do duplo grau de jurisdição, reconhecido como garantia mínima em democracias consolidadas. A impossibilidade de revisão das decisões por magistrados alheios ao contexto compromete sua legitimidade, ainda que emanadas de um colegiado.

A semelhança estrutural entre os dois episódios reside na adoção de mecanismos extraordinários pelo Judiciário, que passaram a operar fora dos limites constitucionais sob a justificativa de autodefesa institucional. Essa postura compromete a neutralidade da jurisdição e coloca em xeque o papel da Suprema Corte como guardiã da Constituição — cuja essência, ironicamente, é a limitação do poder, o respeito ao devido processo legal e a garantia da revisão judicial.

Nesse cenário, os precedentes criados assumem contornos especialmente problemáticos. A jurisprudência fundada em situações excepcionais tende a ser descontextualizada e invocada em cenários futuros menos extremos, distorcendo a lógica do Direito e corroendo, progressivamente, a confiança pública nas instituições. É imperativo, portanto, reafirmar que a democracia não se sustenta pela supressão das garantias que a legitimam. Ainda que diante de crimes gravíssimos contra a ordem institucional — como os perpetrados em janeiro de 2023, que são inegavelmente reprováveis e exigem punição —, a resposta judicial deve respeitar os contornos constitucionais da jurisdição.

A legalidade não pode ser sacrificada nem mesmo em nome da defesa do Estado, pois ela constitui a própria razão de ser do Estado Democrático de Direito. À luz do princípio da proporcionalidade, é necessário afirmar que os responsáveis por atacar instituições, depredar o patrimônio público ou tentar subverter a ordem constitucional não devem ser beneficiados pela impunidade. No entanto, o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe dos instrumentos necessários para investigar, julgar e punir tais condutas, desde que observados os princípios que limitam o exercício do poder estatal.

Caso se entenda que os atuais parâmetros legais são insuficientes ou desatualizados frente às novas realidades sociais e políticas, a reforma normativa deve ocorrer por meio dos canais legítimos: o Poder Legislativo, composto por representantes eleitos e investido da função de criar leis. O Judiciário, ainda que dotado de elevada capacidade técnica, não pode se substituir ao Legislativo nessa função, sob pena de violar a separação dos poderes, os mecanismos de freios e contrapesos e contribuir para a formação de um superpoder incontrolável.

A construção de uma jurisdição de crise, desprovida de controle efetivo e dissociada de um debate público transparente, ameaça transformar o remédio em veneno. Não se pode admitir que o Estado — aqui representado pelo Judiciário —, em nome da autoproteção ou da ordem pública, utilize seu poder para suprimir garantias fundamentais daqueles que, no momento, são tratados como inimigos. Tal lógica, se institucionalizada, poderá no futuro ser empregada contra qualquer cidadão, esvaziando o próprio sentido do Estado de Direito.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se o aprofundamento do debate sobre os limites da atuação judicial em contextos excepcionais, bem como uma análise crítica da institucionalização de figuras como o juiz de garantias, o fortalecimento do Ministério Público como titular da ação penal e o papel das cortes constitucionais em regimes de separação de poderes. Também é fundamental examinar, em perspectiva comparada, como outras democracias equilibram a necessidade de resposta eficaz às ameaças graves com a preservação das garantias fundamentais do devido processo legal.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. 2. ed. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- BARROSO, Luís Roberto. *Constituição, democracia e supremacia judicial: direito e política no Brasil contemporâneo*. Revista da Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, jan./jun. 2012.
- BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- BARROSO, Luís Roberto. *O novo constitucionalismo democrático: instituições, direitos e interpretação*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BARROSO, Luís Roberto. *O novo papel do Supremo Tribunal Federal: um tribunal constitucional à luz da teoria dos direitos fundamentais*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 25 maio 2025

BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 572. Relator: Edson Fachin. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5658808>. Acesso em: 26 mai. 2025.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CERQUEIRA, Marina Ozorio. A ascensão do Ministério Público brasileiro: repensando a tripartição clássica de poderes de Montesquieu. *ZIZ - Revista Discente de Ciência Política*, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ziz/article/view/61240>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CNN BRASIL. *Entenda as controvérsias do inquérito das fake news relatado por Moraes há mais de 5 anos*. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-as-controversias-do-inquerito-das-fake-news-relatado-por-moraes-ha-mais-de-5-anos/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CNN BRASIL. *Relembre vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral*. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 25 maio 2025.

CNN BRASIL. *A embaixadores, Bolsonaro diz que deseja aprimorar os padrões de transparência das eleições*. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-embaixadores-bolsonaro-diz-que-deseja-aprimorar-os-padroes-de-transparencia-das-eleicoes/>. Acesso em: 25 maio 2025.

CNN BRASIL. *STF forma maioria e nega afastamento de Moraes no inquérito do golpe*. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-forma-maioria-e-nega-afastamento-de-moraes-no-inquerito-do-golpe/>. Acesso em: 25 maio 2025.

COUCEIRO, Francisco. Separação dos Poderes na Constituição Brasileira de 1988. *Revista Jurídica*, 2011.

CUNHA, Pedro Estevam Alves Pinto. O Inquérito das Fake News e a Constituição: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, v. 32, n. 2, 2021.

DA SILVA, Enio Moraes. O estado democrático de direito. *Revista Forense*, v. 305, p. 45, 1989.

DA SILVA, José Afonso. O estado democrático de direito. *Revista de Direito Administrativo*, v. 173, p. 15-24, 1988.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. *Direitos e garantias: a lei do mais fraco*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FILHO, José Afonso da Silva. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRECO, Luís. *Constitucionalismo de crise e punitivismo simbólico: a resposta penal aos atos de 8 de janeiro*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 32, n. 185, p. 87-98, jan. 2024.

GRECO, Luís. Processo penal em tempos de crise democrática. In: OLIVEIRA, Rafael Tomaz de; FERREIRA, Maria Tereza Uille Gomes (org.). *Crise democrática e sistema de justiça: desafios e perspectivas*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2024. p. 87-104.

G1. *Entenda acampamentos bolsonaristas, violência, terrorismo*. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

G1. *Bolsonaristas radicais entram em confronto com a polícia na Esplanada e sobem rampa do Congresso Nacional, em Brasília*. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

G1. *Lula assina decreto de intervenção na segurança do DF*. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/01/08/lula-assina-decreto-de-intervencao-na-seguranca-do-df.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

JUSBRASIL. *Funções típicas e atípicas do poder estatal*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/funcoes-tipicas-e-atipicas-do-poder-estatal/1101922070>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LIMA, Gustavo Badaró. Garantias processuais em tempos de exceção democrática. In: MOREIRA, Adriano Soares da Costa; MORAES, Maurício Zanoide de (org.). *Estado de direito em risco: respostas institucionais às ameaças democráticas*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 199-217.

LIMA, Renato Sérgio de. Democracia sob ataque: o papel do Judiciário e os riscos da reação institucional. *Revista Fórum de Direito Público*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 205-218, jan./mar. 2023.

LINCOLN, Abraham. *The Gettysburg Address*. 19 nov. 1863. Disponível em: <https://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/gettysburg.htm>. Acesso em: 25 maio 2025.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. 21. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MIGALHAS. *Toffoli abre inquérito para apurar notícias falsas contra o Supremo*. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/298137/toffoli-abre-inquerito-para-apurar-noticias-falsas-contra-o-supremo>. Acesso em: 25 maio 2025.

MIGALHAS. *Aras pede suspensão de inquérito das fake news até que STF fixe balizas para investigação*. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/327802/aras-pede-suspensao-de-inquerito-das-fake-news-ate-que-stf-fixe-balizas-para-investigacao>. Acesso em: 25 maio 2025.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. Tradução: Rodrigo de Mello Franco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARBURY v. MADISON, 5 U.S. (1 Cranch) 137 (1803). Suprema Corte dos Estados Unidos. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/5/137/>. Acesso em: 25 maio 2025.

NEVES, Daniel Sarmiento. A defesa da democracia pela jurisdição constitucional. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 20, n. 78, 2023.

NEVES, Daniel Sarmiento. O papel do STF na defesa da democracia. *Revista de Direito Público*, n. 289, 2023.

O ESTADO DE S. PAULO. *STF reage a ataques e abre inquérito para investigar fake news e ameaças*. 14 mar. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,stf-reage-a-ataques-e-abre-inquerito-para-investigar-fake-news-e-ameacas,70002753047>. Acesso em: 17 maio 2025.

PODER360. *Eleição de 2022 é a mais polarizada desde a redemocratização*. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/eleicao-de-2022-e-a-mais-polarizada-desde-a-redemocratizacao/>. Acesso em: 25 maio 2025.

RANIERI, Gustavo; ARAGÃO, Diego. *Toffoli abre inquérito para apurar fake news e ameaças contra ministros do STF*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/toffoli-abre-inquerito-para-apurar-fake-news-e-ameacas-contra-ministros-do-stf.shtml>. Acesso em: 25 maio 2025.

SARMENTO, Daniel. Liberdade de expressão e discurso de ódio: o inquérito das fake news e os riscos ao sistema acusatório. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 57, n. 227, p. 49-68, jul./set. 2020.

SARMENTO, Daniel. Supremo Tribunal Federal: jurisdição constitucional e separação de poderes. In: DIMOULIS, Dimitri; MENDES, Conrado Hübner. *Jurisdição constitucional no século XXI: desafios contemporâneos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. p. 45-65.

SENADO FEDERAL. *Amin critica seis anos do inquérito das fake news no STF*. 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/02/19/amin-critica-seis-anos-do-inquerito-das-fake-news-no-stf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

SOUZA, Robson Soares de. *Justiça Constitucional e Súmulas Vinculantes: uma leitura de garantia aos Direitos Fundamentais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2015.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023.

STRECK, Lenio Luiz. *O STF, vítima e julgador? Limites constitucionais e o devido processo*. Consultor Jurídico, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 5 maio 2025.

STRECK, Lenio Luiz. *O STF e o Estado de Direito: entre o ativismo e o autoritarismo*. JOTA, 2023. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-stf-e-o-estado-de-direito-entre-o-ativismo-e-o-autoritarismo-10112023>. Acesso em: 05 maio 2025.

STRECK, Lenio Luiz. *Princípios constitucionais do processo penal: garantias fundamentais versus lawfare*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Ação Penal 1060 – Réu: Aécio Lúcio Costa Pereira*. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em 14 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>. Acesso em: 17 maio 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Regimento Interno do STF*. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_ER_51_web.old.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF prorroga inquérito das fake news por 180 dias*. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-prorroga-inquerito-das-fake-news-por-180-dias/?utm>. Acesso em: 17 mar. 2025.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. *Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 25 maio 2025.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Supremo Tribunal Federal: contencioso ou ativismo judicial. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 37, n. 67, p. 77-115, jan./jun. 2003.

VILLEGAS, Ricardo A.; ZAFFARONI, Eugenio R. *O inimigo no Direito Penal: quatro ensaios críticos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.